

# *“Brasil não pagará taxa”*

“O Brasil não tem como pagar os juros” — afirmou ontem o ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão, que preside, atualmente, a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andina). Em sua opinião, a fase 3 da renegociação da dívida externa brasileira deverá abranger também a parcela dos juros e, com o novo governo, os entendimentos com os credores caminharão mais para o campo político. O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, explicou que os bancos brasileiros com agências no exterior participam do processo de renegociação da dívida do País, ao incluirem os seus créditos na rolagem automática das parcelas a vencer este ano e no próximo.

Após encontro com o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, Brandão responsabilizou “a desorganização interna” pelo processo inadequado da renegociação da dívida brasileira e até elogiou as concessões dos credores: “O mundo deu crédito de confiança, com a renegociação. Agora, cabe ao País mostrar que tem capacidade para arrumar a casa e viver em harmonia com o resto do mundo, sem a atual desorganização interna”.

Se arrumar a casa, segundo o presidente da Andina, o Brasil tem condições de renegociar os juros. Brandão observou que “o mundo todo vai ajudar” o País a resolver a sua crise cambial e, com o novo governo, explicou que a abertura da economia deverá impôr “uma política econômica mais coerente”. Dentro

dessa orientação com o espírito da abertura da economia, previu que a renegociação da dívida perderá o atual caráter de entendimentos de pessoas da área econômica com os credores para assumir o nível de negociação de governo a governo.

Embora os bancos brasileiros com agências no exterior sejam credores de 9,3% da dívida do País, o presidente do Banco do Brasil informou que as instituições nacionais não foram convocadas pelo comitê de assessoramento da fase 2 da renegociação da dívida para adesão direta ao novo jumbo de US\$ 6,5 bilhões.

Os bancos brasileiros só terão participação indireta no jumbo através dos bancos-consórcios, na mesma proporção exigida dos bancos estrangeiros de 11% da sua posição em dólares no total da dívida do País. No caso do Banco do Brasil, Colin explicou que o Banco examina com os sócios do Europeau Brazilian Bank - Bank of America, Deutsche Bank, União dos Bancos Suíços e Dai-Schi Kangyo Bank — a forma de participação no jumbo do Eurobrás.

Segundo Colin, além de surgirem como receptores de US\$ 6 bilhões das linhas interbancárias, os bancos brasileiros apenas participam do refinanciamento automático da dívida do Brasil a vencer em 1983 e 1984. Nesta rolagem automática, os devedores depositam os cruzeiros da dívida externa no Banco Central, mas as agências dos bancos brasileiros e estrangeiros e não recebem a contrapartida em moeda estrangeira, lá fora.